

A política de progressão continuada e ciclos no curso de Pedagogia de uma universidade pública

Marina Brunherotti¹, Maria Cristina da S. G. Fernandes².

1. Estudante de IC do Centro de Educação e Ciências Humanas - UFSCar; *marinabrun@hotmail.com

2. Pesquisadora do Depto.de Educação, DEd, UFSCar, São Carlos/SP; mcsgerandes@gmail.com

Palavras Chave: *Progressão continuada, Ensino Superior, Qualidade da formação.*

Introdução

Considera-se que uma formação inicial de qualidade no Ensino Superior fornece aos graduandos o conhecimento acerca de seu contexto de trabalho, assim como o estudo dos fatores que poderão influenciar sua futura atuação profissional ou prática pedagógica. Desse modo, realizou-se um estudo com alunos, professores e a coordenadora do curso de Pedagogia de uma universidade pública do estado de São Paulo, a fim de investigar a abordagem sobre a política de progressão continuada e ciclos no curso, considerando-se que tal política modifica o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, a organização escolar e a atuação do pedagogo (BERTAGNA, 2003). Sendo assim, considera-se de suma importância que o assunto seja estudado no processo de formação inicial dos pedagogos, de maneira que os estudantes da graduação tenham subsídios teóricos e práticos para compreender a política, questioná-la e pensar em possibilidades de atuação nesse contexto, de modo a contribuir para uma educação de qualidade. Os professores, a coordenadora e estudantes do curso de Pedagogia foram entrevistados, objetivando descobrir se há espaço no currículo do referido curso para que a política seja trabalhada com os estudantes. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob parecer nº 200.533 e nº 837.638.

Resultados e Discussão

Utilizou-se como instrumentos de coleta de dados um questionário e entrevista aplicados a estudantes do curso de Pedagogia da universidade pública pesquisada dos períodos diurno e noturno, totalizando 41 alunos. Uma parcela de aproximadamente 10% dos estudantes que respondeu ao questionário foi entrevistada, assim como dois professores e a coordenadora do curso de Pedagogia. Por meio da aplicação dos questionários e realização das entrevistas foi possível perceber o conhecimento limitado dos estudantes em relação à política de progressão continuada e ciclos, uma vez que em suas respostas afirmaram que a formação recebida no curso de Pedagogia não foi suficiente para permitir a compreensão da temática, como se pode notar na fala de uma estudante: “Não, não é nem um pouco suficiente, porque a gente nem discute”. Com base nas respostas dos estudantes, os professores foram entrevistados, com o objetivo de descobrir como é feita a abordagem da política de progressão continuada e ciclos no curso de Pedagogia da universidade pesquisada. Uma das professoras afirmou na entrevista que trabalha “[...] a Política Educacional do estado de São Paulo por opção, [...] que ela não passa pela ementa, [...] porque eu acho importante que os alunos consigam fazer as relações claras com esse contexto”. Outro docente entrevistado destacou: “E progressão continuada ela, é... ela é um tema que eu nunca pensei em trabalhar...”. Os resultados indicam, portanto, que a política

de progressão continuada é pouco abordada no curso de Pedagogia, não constando na ementa ou objetivos de nenhuma disciplina obrigatória do curso.

Compreende-se, desse modo, que a formação dos futuros pedagogos fica defasada, uma vez que poderão trabalhar diante de uma realidade que não conhecem. Jeffrey (2006) postula em sua pesquisa que os professores, muitas vezes, são forçados a trabalhar em um contexto que não conhecem, já que não são informados acerca dos objetivos das políticas que vigoram nas escolas públicas. Por isso, a universidade tem papel crucial na formação dos graduandos, possibilitando o estudo das políticas que impactarão diretamente na sua atuação profissional. Considera-se que os pedagogos precisam compreender as concepções e objetivos da progressão continuada e dos ciclos, bem como discutir os prejuízos que sua utilização distorcida em políticas públicas causa à educação das crianças e jovens, não compactuando com tal política e pensando em possibilidades de atuação neste contexto, de maneira que os alunos do Ensino Fundamental consigam apreender os conhecimentos básicos para sua idade e período de escolarização.

Conclusões

Considerando-se que a universidade se localiza no estado de São Paulo e que os estudantes, em sua formação contam com grande incentivo para atuar nas escolas públicas, há que se levar em conta que a probabilidade de atuar em um contexto de ciclos e progressão continuada é grande. Por isso, defende-se, nesta pesquisa, que as Políticas Educacionais do estado de São Paulo sejam incluídas como tema de estudo em alguma disciplina obrigatória do currículo do curso de Pedagogia, para que estes futuros professores possam conhecer seu contexto de trabalho e vislumbrar possibilidades de atuação diante desta realidade, auxiliando ainda na melhoria da educação ofertada nas escolas públicas do estado de São Paulo, para que os alunos do Ensino Fundamental não permaneçam ao longo do ciclo escolar sem a aquisição dos conhecimentos necessários à sua formação.

Agradecimentos

Agradeço à agência financiadora PIBIC/CNPq/UFSCar, que concedeu a oportunidade de desenvolvimento da pesquisa e à orientadora da instituição que acompanhou o processo de pesquisa e discussão dos resultados no grupo de pesquisa Sociologia, Trabalho e Educação.

Referências

- BERTAGNA, R.H. **Progressão Continuada: limites e possibilidades**. 2003. 500 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- JEFFREY, D. C. **Representações de docentes sobre o regime de progressão continuada: dilemas e possibilidades**. 2006. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.